

RESENHA

*Filipe Costa Fontes**

FRAME, J. **A doutrina do conhecimento de Deus**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. p. 448.

A Doutrina do Conhecimento de Deus é um dos quatro títulos da Teologia do Senhorio, obra de John Frame publicada na íntegra em nosso país pela editora Cultura Cristã. Embora não seja possível falar, rigorosamente, numa ordem para a organização dos quatro títulos – a razão disto ficará perceptível ao longo deste texto – uma sugestão recente do autor coloca *A Doutrina do Conhecimento de Deus* como o terceiro, antecedido por *A Doutrina de Deus* e *A Doutrina da Palavra de Deus*, respectivamente, e sucedido por *A Doutrina da Vida Cristã*.¹

A publicação original, *The Doctrine of the Knowledge of God*, se deu em 1987 e entregou ao público norte-americano o que foram, anteriormente, anotações de um curso de introdução à teologia e à apologética, denominado “A mente cristã”, ministrado por Frame no Seminário Teológico Westminster (p. 13). Desde 2010 o público brasileiro tem acesso a essas mesmas aulas, através da publicação da editora Cultura Cristã, que se deu em encadernação brochura de 16 x 23 cm, contendo 448 páginas, com fonte, espaçamento e diagramação adequados tanto para a leitura quanto para destaques no texto e anotações marginais. A publicação contém algumas poucas falhas de digitação, mas que não comprometem a leitura. Nela destaca-se ainda, em termos de apresentação, a tradução dos dois índices finais, o de autores e o de assuntos, que facilitam bastante a interação com uma obra desse porte.

* Graduado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção, mestre em Teologia Filosófica pelo CPAJ e em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É professor assistente do CPAJ na área de teologia e filosofia.

¹ Cf. FRAME, J. *A doutrina da vida cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 25.

A informação de que *A Doutrina do Conhecimento de Deus* foi, originalmente, um conjunto de aulas de introdução à teologia pode dar a ideia de que se trata de um livro de fácil leitura e compreensão. Isso, contudo, não é verdade. Embora John Frame afirme que o livro “não se destina a realizar toda a obra de uma epistemologia filosófica” (p. 21), o que ele nos oferece é uma visão dos fundamentos da teologia (prolegômenos) que se fundamenta numa determinada proposta epistemológica (de orientação reformada), articulada nas páginas iniciais do livro, em diálogo crítico com as tendências epistemológicas mais comuns na história do pensamento. É o que se pretende mostrar na exposição a seguir.

Uma das características da obra de Frame é o perspectivismo.² Pode-se definir perspectivismo em dois sentidos: um geral e outro específico. No sentido geral, perspectivismo é uma postura epistemológica, isto é, um posicionamento a respeito do modo como conhecemos a realidade. Seu pressuposto básico é a doutrina bíblica da criação; mais especificamente, uma de suas implicações: a finitude humana. E sua afirmação principal é a de que o conhecimento humano nunca é exaustivo, mas sempre parcial. “O conceito geral é simplesmente que, porque não somos Deus, por que somos finitos e não infinitos, nós não podemos conhecer tudo de uma vez, e, portanto, nosso conhecimento é limitado a uma perspectiva ou outra”.³

A consequência disto é a defesa de que um conhecimento mais amplo da realidade somente pode ser alcançado se ela for vista perspectivamente, como um objeto que é analisado a partir de ângulos diferentes. Aqui vem à tona o sentido específico de perspectivismo: o de uma estratégia metodológica. Nesse sentido, o perspectivismo consiste no esforço intelectual de sobrepor determinadas perspectivas, uma sobre a outra, a fim de ampliar o conhecimento sobre um determinado objeto. No caso da proposta de John Frame,⁴ a sobreposição contempla três perspectivas, baseadas na doutrina da Trindade, e, mais especificamente, nos três atributos fundamentais do senhorio divino. São elas: a perspectiva normativa, a perspectiva situacional e a perspectiva existencial. Os atributos divinos aos quais elas correspondem, respectivamente, são: a

² O perspectivismo não é uma singularidade do pensamento de John Frame, nem mesmo no contexto teológico. A teologia sinfônica (*Symphonic Theology*) de Vern Sheridan Poythress, professor no Westminster Theological Seminary é um exemplo de outra proposta teológica perspectivista. Cf. POYTHRESS, V. S. *Symphonic Theology: The Validity of Multiple Perspectives in Theology*. Phillipsburg, NJ: P & R Publishing, 2001.

³ FRAME, John. What is tri-perspectivalism. Disponível em: <http://www.frame-poythress.org/what-is-triperspectivalism/>. Acesso em: 03 nov. 2015.

⁴ Para maiores informações sobre o desenvolvimento do perspectivismo de Frame, ver FRAME, J. Backgrounds to my thought. Disponível em: <http://www.frame-poythress.org/about/john-frame-full-bio/>. Acesso em: 03 nov. 2015.

autoridade, o controle e a presença.⁵ Essa estrutura trinitária dá à proposta de Frame o nome de tri-perspectivismo.⁶

Seguindo tal estrutura, e considerando o conhecimento como uma relação tríplice entre SUJEITO, OBJETO e CRITÉRIO, *A Doutrina do Conhecimento de Deus* se divide em três partes. A primeira discute a questão dos objetos do conhecimento, a segunda problematiza a questão da justificação do conhecimento, ou seja, a do critério, e a terceira faz do sujeito, objeto.

A tese central da primeira parte do livro é a de que é possível distinguir três objetos de conhecimento – Deus, a Bíblia e o mundo – cujo conhecimento acontece de modo inter-relacionado e interdependente. Não se pode conhecer a Deus, sem o conhecimento da Bíblia e do mundo. Da mesma forma, não se pode conhecer o mundo, sem o conhecimento de Deus e da Bíblia. Pode-se dizer também que o conhecimento que temos de Deus determina o modo como conhecemos a Bíblia e o mundo. Da mesma maneira, o conhecimento que temos do mundo interfere no modo como conhecemos a Deus e a Bíblia.

A estrutura trinitária permeia toda esta seção. Além de ser exemplificado pela própria diferenciação dos objetos do conhecimento – Deus, a Bíblia e o mundo – isto é exemplificado pela distinção entre tipos de conhecimento: o de fatos ou proposições, o de habilidades e o de pessoas. E, tão comum quanto esta estrutura, é o apontamento de que a relação harmônica entre as perspectivas é uma marca característica da postura epistemológica cristã reformada. Definindo o conhecimento de Deus, por exemplo, e utilizando-se da distinção anterior sobre os tipos de conhecimento, Frame sustenta que, no conhecimento de Deus, eles estão todos incluídos, distinguindo-se apenas perspectivamente (p. 62-65).

Todas as três espécies de conhecimento são mencionadas na Escritura e todas elas são teologicamente importantes. O crente deve conhecer fatos acerca de Deus – quem ele é, o que faz. (...) Além disso, o crente é alguém que aprende novas habilidades – como obedecer a Deus, como orar, como amar – como também aprende habilidades nas quais os crentes diferem um dos outros – a pregação, a evangelização, o ofício de diácono, e assim por diante (...) Mas (e talvez mais importante) o conhecimento cristão é conhecimento pessoal, de pessoas. É conhecer Deus, Jesus Cristo e o Espírito Santo (p. 62).

Algumas discussões teológicas têm importante espaço nesta primeira parte da obra. Uma delas é a da relação entre a cognoscibilidade e a incompreensibilidade de Deus. Dentro dessa discussão, duas questões relevantes são tratadas com profundidade e merecem destaque. A primeira, de natureza conceitual e

⁵ Cf. FRAME, J. *A doutrina de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 36-93.

⁶ Para maiores informações sobre o tri-perspectivismo, cf. FRAME, What is tri-perspectivalism.

terminológica, é a da necessidade de compreensão adequada dos conceitos de imanência e transcendência divinas. Ao tratar dessa questão, Frame mostra como uma compreensão equivocada desses dois conceitos pode prejudicar a afirmação da possibilidade do conhecimento de Deus, seja pela impossibilidade de sua identificação (no caso do entendimento incorreto de sua transcendência), ou pela impossibilidade de sua distinção do todo da realidade criada (no caso da compreensão incorreta de sua imanência) (p. 28-34). A segunda questão, mais de natureza histórica, é a controvérsia sobre a natureza do conhecimento humano e sua relação com a natureza do conhecimento divino, que envolveu Gordon Clark e Cornelius Van Til (p. 34-56).⁷ A posição de Frame diante da controvérsia é conciliadora. Ele procura encontrar preocupações válidas na postura de ambos os pensadores e sustenta que a solução da questão que os dividia pode ser encontrada na consideração simultânea de continuidades e descontinuidades entre o pensamento divino e o pensamento humano. Segundo Frame:

Nenhum deles se saiu realmente bem nessa discussão; cada um entendeu gravemente mal o outro (...) Van Til queria preservar a distinção Criador-criatura na esfera do conhecimento, e Clark queria impedir quaisquer deduções céticas da doutrina da incompreensibilidade, queria insistir em que conhecemos realmente a Deus baseados na revelação. (...) A minha contribuição para essa discussão será oferecer ao leitor uma lista de descontinuidades entre os pensamentos de Deus e os nossos, que podem ser auferidas da Escritura, uma lista de continuidades entre ambos, que devem ser reconhecidas, e uma lista de alegadas relações entre ambos, que, ao que me parece, são expostas ambigualmente e que, portanto, podem ser afirmadas num sentido e negadas noutra (p. 37-38).

Na segunda parte, *A Doutrina do Conhecimento de Deus* problematiza a questão da justificação do conhecimento. A questão em pauta nesta parte é a dos critérios de verificação do conhecimento. E a pergunta central a ser respondida por ela é: Como, ou em que circunstâncias, um sujeito pode sentir-se justificado pelo conhecimento que possui?

Esta é a parte da obra em que há maior diálogo crítico com as tendências epistemológicas não cristãs. Inicialmente, Frame distingue três tendências presentes ao longo da história do pensamento: o racionalismo, o empirismo e o subjetivismo. Cada uma delas é apresentada como a absolutização (idolatria) de um dos elementos envolvidos na dinâmica epistemológica (sujeito, objeto e critério – apresentados na ordem inversa). Frame mostra ainda que cada uma das tendências epistemológicas propõe uma resposta ao problema da justificação do conhecimento. Para o racionalismo, o critério de justificação

⁷ Para aprofundar o conhecimento sobre a controvérsia entre Gordon Clark e Cornelius Van Til, ver KLOOSTER, F. H. *The Incomprehensibility of God in the Orthodox Presbyterian Conflict*. Franeker, Holanda: T. Wever, 1951, e HOEKSEMA, H. *The Clark-Van Til Controversy*. Unicoi, TN: Trinity Foundation, 2005.

é a coerência, ou seja, a lógica interna de um sistema teórico (p. 149-150). Para o empirismo, o critério é a correspondência, isto é, a identificação entre ideia e realidade (p. 157-158). E para o subjetivismo, o critério é o que se pode chamar de “repouso cognitivo”, que nada mais é do que a satisfação do próprio sujeito (p. 168-169).

Depois de abordar criticamente essas diferentes tendências, Frame conclui que a epistemologia cristã precisa fugir da idolatria comum a elas, e deve integrar as três perspectivas e elementos da dinâmica epistemológica. Uma questão polêmica pode ser levantada neste ponto, com respeito à apreciação parcialmente positiva que a obra faz da perspectiva subjetiva ou da afirmação do papel ativo do sujeito no processo de conhecimento. Frame está consciente desse fato, e menciona-o como um dos aspectos novos da obra que podem causar desconforto aos mais ortodoxos (p. 13-14). Um aspecto digno de consideração, no entanto, é o de que o papel do sujeito no processo de conhecimento não é encarado por Frame em termos de autonomia, uma vez que o sujeito é apenas uma parte do conhecimento, do qual também fazem parte o objeto e, sobretudo, o critério, e ambos circunscrevem o papel do sujeito.

A abrangência da postura epistemológica cristã e sua integração das três perspectivas e elementos do conhecimento encontra-se na doutrina da Revelação, também de forma tri-perspectiva, como algo que acontece na natureza e na história (perspectiva situacional), em palavra falada e escrita (perspectiva normativa) e por meio de pessoas (perspectiva subjetiva).⁸ Os dois primeiros modos de revelação são correspondentes ao que, na tradição reformada, é chamado, respectivamente, de revelação geral e revelação especial. O terceiro é o mais incomum entre eles. Ele, porém, não deve causar espanto a quem conhece a tradição reformada. Pois o que Frame faz ao distingui-lo é separar algumas doutrinas que, tradicionalmente, são tratadas debaixo da ideia de revelação especial, como a doutrina da encarnação, por exemplo, e incluir outras doutrinas da tradição reformada, como a do testemunho interno do Espírito Santo, considerando suas implicações epistemológicas. O que nos importa, porém, é perceber que o pressuposto com o qual Frame trabalha é o de que a doutrina da Revelação é o ponto de unidade que, perpassando as diferentes perspectivas, deve levar o pensador cristão a considerar a integração de todas elas. A implicação disto para o problema da justificação do conhecimento é que todos os critérios de verdade – coerência, correspondência e “repouso cognitivo” – devem ser encarados como perspectivas diferentes de um critério único: a revelação. Frame encerra esta seção afirmando: “Assim é que eu sustento que as três perspectivas são igualmente finais, igualmente importantes. Cada uma delas depende das outras, de modo que, sem as outras, não seria inteligível” (p. 179).

⁸ Para esta organização sistemática, cf. FRAME, J. *A doutrina da vida cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 145-151.

Como na primeira, também podem ser destacadas algumas discussões desta segunda parte. Uma das mais interessantes é aquela sobre a circularidade do conhecimento, que tem lugar na tratativa sobre a autoridade normativa da Escritura Sagrada. A argumentação apresentada por Frame, que auxilia o pensador cristão no embate com a objeção de assumir a autoridade da Escritura de modo circular, isto é, a partir da autoridade da própria Escritura, caminha pela afirmação de três elementos: o do caráter inevitável da circularidade (todo sistema teórico é circular), o de que a circularidade é legítima e aceitável apenas em relação a um único objeto (o critério último ou supremo do sistema) e o da amplitude do círculo como critério de avaliação de um sistema teórico (existem círculos estreitos e amplos, e isto define a consistência ou não de um sistema). Baseado nesta argumentação, Frame sustenta que o círculo cristão é amplo e não estreito (p. 146-149).

A terceira e última parte de *A Doutrina do Conhecimento de Deus* trata da questão dos métodos do conhecimento. Esta é a parte mais aplicada do livro, e se propõe a considerar o método teológico, propriamente dito. A primeira questão nela trabalhada é a relação entre o teólogo e a fonte da teologia: a Escritura. Tratando dessa questão, Frame discute a tendência antiabstracionista da teologia moderno-contemporânea, defende a sua abordagem perspectivista e a exegese contextual, menciona diferentes usos da Escritura, e descreve e examina, resumidamente, as diferentes divisões ou departamentos da teologia: exegética, bíblica, sistemática e prática. A nota destoante desta tratativa fica por conta da abertura de possibilidade para a alegoria como abordagem hermenêutica adequada (p. 214-215). O argumento sobre o qual essa abertura se fundamenta é o de que a Escritura pode ser interpretada de todas as diferentes formas como a própria Escritura se interpreta. Nas palavras do autor: “O princípio relevante, penso eu, é simplesmente este: os textos do Antigo Testamento que Paulo usou têm a possibilidade de ser utilizados das maneiras pelas quais ele os utilizou” (p. 215). Com base neste princípio, Frame sustenta literalmente que as portas estão abertas para a nossa criatividade. A lógica do argumento é: se Paulo utilizou da alegoria e a Escritura autentica este uso, então os teólogos contemporâneos também podem se utilizar dela. Embora, a princípio, o argumento seja lógico, sua elaboração parece ter, estranhamente, ignorado perspectivas. Pois, se a progressividade da revelação (perspectiva situacional) e a doutrina da inspiração (perspectiva existencial) fossem consideradas, o argumento de que todas as ferramentas utilizadas pelos escritores bíblicos são possíveis aos teólogos contemporâneos estaria comprometido.

A segunda questão trabalhada nesta parte final é a relação do teólogo com os dados extrabíblicos que se constituem em ferramentas necessárias ao empreendimento teológico. Cinco destas ferramentas são consideradas de modo especial: a linguagem, a lógica, a história, a ciência e a filosofia. A seção abre espaço para discussões complexas, tais como: a precisão da linguagem,

o lugar dos padrões confessionais e os limites do uso da lógica na teologia. E delas são extraídas algumas implicações polêmicas. Dentre elas estão a afirmação de imprecisão na teologia e a defesa da noção de teologia como aplicação. Frame está consciente delas (p. 13-14). O que se percebe de comum em Frame, nestas discussões polêmicas, é seu esforço para distinguir teologia e Escritura Sagrada, enfatizando sempre que a segunda (a Bíblia) deve ser a autoridade absoluta, norma final de fé e conduta do pensador cristão, enquanto que a primeira (a teologia), embora fundamental – o livro é sobre como fazer teologia – sendo a reflexão humana sobre a Bíblia, deve ser vista por ele como passível de imprecisões, sob o risco de se incorrer em idolatria (p. 241).

A terceira questão desta parte final do livro trabalha o tema do próprio sujeito do conhecimento teológico. Ela tem como objetivo esclarecer que a teologia não existe à parte da personalidade do teólogo, e procura considerar a relação entre subjetividade e teologia, enfatizando a influência da espiritualidade pessoal e do caráter de um teólogo em seu empreendimento teórico, e apontar as capacidades e habilidades necessárias à prática das ciências teológicas. Ao tratar da relação entre caráter e teologia, Frame discute os efeitos práticos da teologia, a importância da santificação pessoal, e defende que “muitas das ambiguidades, falácias e superficialidades que são tão numerosas na teologia, são falhas de caráter, tanto como do intelecto (ou mais)” (p. 339). Depois de apresentar algumas práticas teológicas perniciosas que resultam da falha de caráter dos teólogos, comprometem o desenvolvimento de uma teologia saudável e prejudicam o diálogo acadêmico, *A Doutrina do Conhecimento de Deus* é encerrada com um capítulo sobre métodos apologeticos.

O livro contém ainda dez apêndices: quatro ao fim da primeira parte e seis ao fim da terceira. Eles são variados e apresentam desde informações importantes para o entendimento do conteúdo do livro, como é o caso dos apêndices A (Perspectivismo) e D (Fato e interpretação), passando pelo aprofundamento de questões nele trabalhadas, como é o caso do apêndice I (A nova epistemologia reformada), até elementos de auxílio geral ao teólogo, como os apêndices E (Avaliando escritos teológicos), F (Como escrever um ensaio teológico?) e G (Máximas para teólogos e apologistas).

A tradução de *A Doutrina do Conhecimento de Deus* e das outras obras da Teologia do Senhorio, de John Frame, é uma importante contribuição da Editora Cultura Cristã ao cenário teológico brasileiro. Trabalhando dentro da tradição reformada, Frame se propõe a uma articulação teológica sistemática distinta da comum, e lida de modo direto com problemas contemporâneos. Esta articulação tem se mostrado útil para uma aproximação mais completa de áreas importantes como a epistemologia e a ética. Até mesmo em virtude de sua profundidade e abrangência, é claro que o empreendimento de Frame está sujeito a imprecisões e equívocos. Mas isto não diminui seus méritos, valor e utilidade. Recomendo ao leitor, principalmente ao teólogo, que considere o que ele tem a dizer.